

ACTA NÚMERO 13/XII/ 1.ª SL

Aos 14 dias do mês de Outubro de 2011, pelas 09:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Srs. Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, tendo como ponto única da Ordem do Dia:

Audição do Senhor Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus, Dr. Miguel Morais Leitão, prévia ao Conselho Europeu de 23 de Outubro

O Sr. Presidente da Comissão, Deputado Paulo Mota Pinto (PSD), deu as boas-vindas ao Sr. Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus, enquadrando a audição, prévia ao Conselho Europeu de 23 de Outubro, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do Artigo 4.º da Lei 43/2006, de 25 de Agosto. O Sr. Presidente recordou a importância do Conselho Europeu no contexto actual, passando de seguida a palavra ao Sr. Secretário de Estado para uma intervenção inicial.

O Sr. Secretário de Estado deu conta das motivações inerentes ao adiamento do Conselho, bem como os desenvolvimentos recentes no âmbito da União Europeia, e da zona euro em particular. De seguida, e relativamente à reunião, deu conta dos diversos pontos constantes da Ordem de Trabalhos, nomeadamente em matéria de política económica (revisão do pacote de ajuda à Grécia, alavancagem do EFSF, recapitalização dos bancos, pacote da Governação Económica, roteiro estabilidade e crescimento apresentado pela Comissão Europeia), a próxima reunião do G20 (reforço do sistema monetário internacional) e a preparação da Conferência de Durban sobre as alterações climáticas.

Em sede de debate, começou por intervir a Sra. Deputada Maria Helena André, que recordou o agravamento das condições económicas, financeiras e sociais na Europa, e do risco de contágio entre países. Questionou as acções resultantes dos Conselhos Europeus, e a inacção do Conselho aparentemente reconhecida na recente intervenção do Presidente da Comissão Europeia, considerando dever voltar-se à perspectiva comunitária de construção da União Europeia, em detrimento da perspectiva inter-governamental, tendo igualmente questionado o Sr. Secretário de Estado quanto à

posição do Governo sobre esta matéria. Questionou ainda o membro do Governo quanto às negociações sobre o futuro da política de coesão e a reserva de condicionalidade macroeconómica, que poderá afectar os países que já estão em maiores dificuldades. Enfim, questionou o Sr. Secretário de Estado quanto às motivações do Governo inerentes a um segundo pedido de ajuda internacional, desta feita de carácter técnica, de supervisão permanente da execução do Memorando de Entendimento.

O Sr. Secretário de Estado recordou que a inter-governamentalização é uma questão recorrentemente debatida, considerando que a União Europeia é a melhor interlocutora dos interesses de todos os Estados-Membros, pelo que deveria ser privilegiado o método comunitário e a intervenção da Comissão Europeia na construção da União. Quanto ao futuro da política de coesão, recordou que as disposições de condicionalidade já existem, ainda que a proposta da Comissão Europeia as alargue, dando conta da preocupação do Governo em acompanhar esta matéria e as negociações – em particular face ao teor negativo constante dos comunicados resultantes das reuniões entre a Sra. Angela Merkel e o Sr. Nicolas Sarkozy – considerando que os países não podem ser duplamente penalizados. Enfim, considerou que a Europa enfrenta, actualmente, desafios de uma magnitude financeira muito forte, para cuja solução a recente aprovação, pela Eslováquia, da revisão do Acordo-Quadro respeitante ao EFSF fora um bom contributo, e que a Cimeira de 23 de Outubro deveria continuar esse caminho.

De seguida interveio o Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD), que subscreveu as intervenções anteriores quanto à prioridade a conferir à perspectiva comunitária, considerando que o interesse comum deve ser defendido por instituições comuns. Considerou ser necessário um aprofundamento da clarificação do roteiro entretanto apresentado e do papel de cada instituição. De seguida, questionou o Sr. Secretário de Estado quanto à possibilidade de revisão dos Tratados, quanto à criação de uma ordem mundial de entendimento (em particular quanto ao sistema monetário internacional) e quanto à posição construtiva a assumir pela União em matéria de alterações climáticas.

O Sr. Secretário de Estado recordou que, em matéria de debate quanto ao método de construção da União, a Comissão Europeia dispõe de parcos poderes nas áreas fiscal, financeira e orçamental. Referiu que o pacote de Governança Económica veio reforçar

os seus poderes em matéria fiscal, mas a maioria das decisões nesta matéria continuam a caber ao Conselho e Estados-Membros, e para mudar este cenário seria necessário rever os Tratados. O Sr. Secretário de Estado considerou que o momento actual não é o mais propício para iniciar um processo nesse sentido, mas recordou igualmente afirmações recentes do Presidente Herman Van Rompuy sobre o facto de este não ser um tema tabu. Quanto à posição a assumir pela UE em sede da Conferência de Durban, considerou haver boas perspectivas de que esta fosse uniforme e construtiva e já aprovada no Conselho de 23 de Outubro.

Seguidamente, interveio o Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP), que começou por agradecer, formalmente, a visita proporcionada em 27 de Setembro à Secretaria de Estado dos Assuntos Europeus. De seguida, e no contexto de intervenções anteriores, interrogou o membro do Governo quanto ao papel da Comissão Europeia nomeadamente na condução da governação económica, solicitou esclarecimentos sobre o processo de recapitalização da banca, o endurecimento das medidas a Estados-Membros incumpridores, o dirigismo no espírito dos Tratados visível nos encontros bilaterais franco-alemães recentes, e ainda o eventual falhanço da Conferência de Durban e eventuais responsáveis.

O Sr. Secretário de Estado reiterou intervenções anteriores quanto ao papel da Comissão Europeia em contexto de governação económica (nomeadamente no acompanhamento das contas públicas e na monitorização de sinais de alarme prévios), apresentou as opções em análise do processo de recapitalização da banca e as negociações em curso quanto a eventuais sanções para incumpridores. Quanto aos encontros bilaterais, e recordando respostas a anteriores intervenções, o membro do Governo subscreveu a intervenção do Sr. Deputado, considerando tratarem-se de encontros que retiram capacidade de intervenção e autoridade à Comissão Europeia, gerando ainda, naturalmente, um mal-estar entre os Estados-Membros. Enfim, quanto a Durban, informou que a maior oposição a um acordo global é feita pelos EUA e os países emergentes.

De seguida, usou da palavra a Sra. Deputada Ana Drago, que subscreveu anteriores intervenções quanto aos encontros bilaterais, considerando que o Governo português deveria exprimir esse desagrado, pelo facto de contribuírem para o reforço de opiniões públicas eurocéticas e de obstaculizarem uma maior celeridade no processo decisório.

De seguida, considerou estar-se já a assistir a um processo de contágio, pela captura dos Estados-Membros mais fracos pelos mercados, num movimento de especulação quanto ao próprio sentimento de solidariedade entre Estados-Membros. Questionou, de seguida, o membros do Governo quanto à severidade das medidas de austeridade, bem como os termos do processo de recapitalização da banca, quem o irá suportar e quais os compromissos para concessão de crédito à economia e às famílias.

O Sr. Secretário de Estado recordou que nem todas as propostas resultantes de encontros bilaterais entre Estados-Membros são aprovadas posteriormente, e que o facto de a União contar com 27 Estados-Membros se torna, igualmente, factor de alguma lentidão no processo de decisão. De seguida, considerou ser inevitável o processo de consolidação das contas públicas, ainda que se trate de um processo difícil e doloroso, num contexto europeu de esforço no sentido de evitar o contágio da crise das dívidas soberanas.

De seguida, o Sr. Presidente da Comissão abriu uma segunda ronda de intervenções, tendo inicialmente utilizado da palavra o Sr. Deputado António Rodrigues (PSD), que questionou o Sr. Secretário de Estado sobre o *day after*, ou seja, o dia 24 de Outubro, em matéria de acções consequentes após o Conselho Europeu, se haverá uma capacidade de decisão determinada ou se a Europa correrá o risco inerente a ausência de decisões. O Sr. Deputado Vitalino Canas (PS) questionou as opções com vista à recapitalização da banca e do sector financeiro, bem como a ausência de uma posição clara e forte das autoridades e dos Governos quanto ao papel dos bancos. O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) registou para efeitos de acta a oportunidade, transmitida anteriormente e confirmada em sede da audição, de que a reunião tivesse começado anteriormente, ao que o Sr. Presidente recordou ter sido uma decisão da Comissão a do agendamento para as 9h.

O Sr. Secretário de Estado respondeu em bloco às questões colocadas, recordando que a União a 27 não consegue agir ao mesmo ritmo dos mercados financeiros, e que o Conselho não tem, naturalmente, a pretensão de resolver tudo e de modo imediato. De seguida, recordou que diversos Estados-Membros têm implementado medidas no intuito de envolver o sector bancário e financeiro na partilha de custos da crise, ainda que a nível interno. Enfim, recordou que a recapitalização com vista ao aumento do crédito à

economia e às famílias demora tempo, pelo facto de se consubstanciar na recuperação da confiança, resultante de garantias de solidez e de acesso aos mercados.

O Sr. Presidente agradeceu as informações prestadas pelo Sr. Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus, bem como as questões colocadas pelas Sras. e Srs. Deputados presentes, formulando votos de que o Conselho Europeu trouxesse frutos.

A audição foi integralmente gravada em suporte [áudio](#) e [vídeo](#), podendo as gravações ser igualmente acedidas através da página internet da Comissão de Assuntos Europeus.

A reunião foi encerrada às 10:15 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 18 de Outubro de 2011.

O PRESIDENTE

PAULO MOTA PINTO

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa
Ana Drago
António Rodrigues
Carlos Costa Neves
Carlos São Martinho
Cláudia Monteiro de Aguiar
Duarte Marques
João Lobo
João Serpa Oliva
Maria Ester Vargas
Maria Helena André
Nuno Filipe Matias
Paulo Mota Pinto
Pedro Silva Pereira
Sérgio Azevedo
Vitalino Canas
Laura Esperança

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes
Francisco de Assis
Honório Novo
José Manuel Rodrigues
Rosa Maria Albernaz